




# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### ANEXO III – LICENÇA DE INSTALAÇÃO (AMPLIAÇÃO) nº 310806

<b>PARANÁ</b> GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	 <b>INSTITUTO ÁGUA E TERRA</b>	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST Instituto Água e Terra	Número do Protocolo 20.884.243-9
LICENÇA DE INSTALAÇÃO (AMPLIAÇÃO)			Número do Documento 310806
			Validade da Licença 01/11/2024

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 20.884.243-9, concede LI - Licença de Instalação nas condições e restrições abaixo especificadas.

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR</b>			
CPF/CNPJ 77.816.510/0001-66	Nome/Razão Social <b>MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO</b>		
RG/Inscrição Estadual ---	Logradouro e Número Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000, Prefeitura		
Bairro Centro	Município / UF Francisco Beltrão/PR	CEP 85.601-030	
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>			
Atividade <b>Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos</b>			Porte Excepcional
Atividade Específica Aterro sanitário			
Detalhes da Atividade aterro sanitário municipal de resíduos sólidos urbanos			
Coordenadas UTM (E-N) 298690,0 - 7118259,0	Logradouro e Número Linha Menino Jesus, ***		
Bacia Hidrográfica Iguaçu	Município / UF Francisco Beltrão/PR	CEP 85.601-000	

<b>3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO</b>					
<b>3.1 ÁGUA UTILIZADA</b>					
Origem Água Poço Raso	Tipo de Uso Humano e Empreendimento	Volume (m³/hora) 0,35	Nº Outorga ---	Coordenadas UTM (E-N) ---	
<b>3.2 EFLUENTES LÍQUIDOS</b>					
Origem Efluente Efluente de esgoto sanitário	Forma Tratamento Fossa	Destino Final Infiltração em Solo	Vazão (m³/hora) 0,02	Nº Outorga ---	Coordenadas UTM (E-N) ---
Higienização de máquinas e equipamentos	Fossa	Infiltração em Solo	0,34	---	---
Líquido percolado (chorume)	ETDI	Reuso no Processo	2,77	---	---
<b>3.4 CONDIÇÕES PARA LANÇAMENTO DE EFLUENTES</b>					
a) pH entre 5 a 9					
b) temperatura: inferior a 40°C, sendo que a variação de temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3°C no limite da zona de mistura					
c) materiais sedimentáveis: até 1 mL/L em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes					
d) regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vez a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor, exceto nos casos permitidos pela autoridade competente					
<b>3.6 RESÍDUOS SÓLIDOS</b>					
Código e Descrição	Quant./Dia	Destino Final			
200199 - Outras frações não anteriormente especificadas	5.150,00 kg	Aterro Sanitário			
200203 - Outros resíduos de variação, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços	450,00 kg	Aterro Sanitário			
200108 - Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas	51.000,00 kg	Aterro Sanitário			
200201 - Resíduos de variação, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de	2.000,00 kg	Aterro Sanitário			

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

<b>4. CONDICIONANTES</b>
1. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso II da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, 3º, Inciso IV da Resolução Nº 107/2020 - CEMA, 09 de Setembro de 2020 e Art. 7º, Inciso II da Resolução Nº 070/2009 - CEMA, 11 de agosto de 2009 e autoriza o início das obras relacionadas ao empreendimento, devendo ser observados, rigorosamente, durante a sua instalação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fase anterior do licenciamento ambiental.
2. Os critérios adotados poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
3. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.
4. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos regulamentadores
5. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.
6. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 107, 09 de Setembro de 2020, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.
7. Para a Licença de Operação, além da apresentação da documentação prevista na legislação vigente, deverão ser apresentados os seguintes documentos: a) No caso de geração de emissões atmosféricas, o Programa de Monitoramento de Emissões de acordo com o artigo 72, da Resolução SEMA 016/2014. b) No caso de geração de efluentes líquidos industriais, o Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos.
8. Antes do início de operação do empreendimento deverá ser apresentado Relatório de Monitoramento de Águas Subterrâneas, para avaliação do background.
9. A Licença de Operação estará também condicionada à implantação do Projeto de Controle de Poluição Ambiental, aprovado pelo Instituto Água e Terra.
10. Fica proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 15 da Resolução SEMA nº 016/14.
11. No controle das condições de lançamento, é vedada, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade.
12. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

13. Deverá ser apresentado Laudo de Conclusão de Obra, emitido por técnico habilitado, acompanhado de ART- Anotação de Responsabilidade Técnica, quando da solicitação de Licença de Operação.
14. Outros resíduos líquidos, eventualmente gerados, em outras operações e atividades diversas levadas a efeito, de forma permanente ou sazonalmente no local, deverão ser objeto de procedimentos idênticos aos conferidos aos resíduos sólidos, devendo atender a Portaria IAP 212/2019 ou a que venha substituí-la.
15. A presente Licença de Instalação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/97, poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
16. Tançagens eventualmente existentes, destinadas ao armazenamento de combustíveis, matérias primas, produtos e/ou resíduos líquidos e semi-sólidos, deverão estar de conformidade com as respectivas NBR's.
17. Esta Licença foi concedida com base nas informações e nos Planos e Projetos, apresentados pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
18. A Licença de Operação estará condicionada, além da apresentação da documentação prevista na Resolução CEMA 070/2009, à implantação do Plano de Controle Ambiental aprovado pelo Instituto Água e Terra.
19. Apresentar estudo hidrogeológico da área do empreendimento elaborado por técnico habilitado acompanhado de ART emitida pelo conselho de classe competente em um prazo de até 120 dias a contar da emissão desta Licença.
20. Apresentar plano de monitoramento preventivo da atividade conforme diretrizes estabelecidas pelo órgão ambiental, acompanhado de ART emitida pelo conselho de classe competente em um prazo de até 180 dias a contar da emissão desta Licença. O Plano deverá ser elaborado considerando o estudo hidrogeológico realizado e deverá conter, minimamente, proposta de análise de solo do entorno do maciço de resíduos e da água subterrânea do poço de captação existente na área do aterro.
21. Deverá ser atendido o princípio da minimização da geração de resíduos, através da adoção de processos de baixa geração de resíduos sólidos, bem como de sua reutilização e/ou reciclagem, dando-se prioridade à reutilização e/ou reciclagem a despeito de outras formas de tratamento e destinação final, exceto nos casos em que não exista tecnologia viável.
22. Deverá ser mantida uma distância mínima de 1,50 m de solo insaturado entre a superfície inferior do aterro e das áreas onde ocorrem movimentação de solo para recobrimento e o nível mais alto do lençol freático determinado em época de máxima precipitação.
23. No movimento de terra se por ventura vier a ocorrer na área de surgência ou aparecimento de nascente de água, a responsabilidade é do empreendedor e/ou responsável técnico, devendo paralisar a obra e tomar as providências cabíveis.
24. Em hipótese alguma será permitida a queima a céu aberto de qualquer tipo de resíduos no local.
25. O aterro sanitário e suas estruturas deverão contemplar todas as medidas técnicas necessárias para evitar a proliferação de vetores, contaminação do solo, subsolo, lençol freático, bem como controle de emissões atmosféricas e demais medidas constantes nos projetos apresentados e avaliados por técnicos do Instituto Água e Terra.
26. É expressamente proibida a disposição no aterro resíduos sólidos Classe I (NBR 10004/2004), pastosos ou líquidos, resíduos da construção civil e resíduos provenientes de atividades de mineração.
27. É ônus do projetista e da contratante o cumprimento na íntegra dos projetos aprovados e a perfeita operação das instalações dos sistemas de controle ambiental e demais instalações previstas nos projetos apresentados.
28. Não será permitido qualquer tipo de ocupação, construção e/ou obra em área de preservação permanente.
29. Este empreendimento está apto a receber resíduos sólidos Classe II (conforme ABNT NBR 10004:2004) com características domiciliares, sendo que deverão ser dispostos no aterro sanitário apenas os rejeitos, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis dos resíduos sólidos, de forma a garantir o reaproveitamento e reciclagem dos resíduos com valor agregado e ainda garantir a vida útil da área.
30. Fica proibida a disposição de resíduos sólidos Classe I, conforme NBR 10004/2004, resíduos industriais, resíduos da construção civil e resíduos provenientes de atividades de mineração nas células e/ou trincheiras destinadas ao recebimento de resíduos sólidos urbanos.
31. À exceção do esgoto sanitário, que será infiltrado no solo por sumidouros, todos os demais efluentes gerados pelas atividades desenvolvidas no empreendimento devem ter como destino o sistema de tratamento por lagoas e a recirculação, não estando autorizado o lançamento de efluentes, direta ou indiretamente, em corpos hídricos superficiais.
32. Realizar cobertura diária dos resíduos, com camadas de solo ou outro material apropriado, reutilizável ou não, conforme Resolução CEMA 94/2014 (aterro sanitário).
33. As emissões atmosféricas deverão atender os padrões de lançamento estabelecidos na Resolução SEMA 016/14.
34. Esta Licença de Instalação não autoriza a operação da atividade pretendida, que só poderá ser exercida mediante a obtenção da Licença de Operação emitida pelo IAT.
35. Caso seja constatada alguma irregularidade, contaminação, extrapolação do limite de algum parâmetro do monitoramento, ou quaisquer outras evidências de prováveis danos ao meio ambiente, o órgão ambiental deverá ser comunicado imediatamente.
36. O efluente líquido não poderá ser lançado em corpo hídrico ou infiltrado no solo, independente do pre-tratamento realizado. Deverá ser recirculado para a célula do aterro.
37. Obrigatoriamente, toda atividade potencialmente poluidora deverá manter empresa ou técnico responsável pela área ambiental, durante o período de vigência da licença (ART ou Declaração) conforme prevê a Lei Estadual 16.346/09.
38. Em caso da existência de Áreas de Preservação Permanente no local, deverá ser rigorosamente observado o que estabelecem sobre a matéria a Legislação vigente.
39. Esta licença foi emitida com base na documentação e projetos apresentados que são de responsabilidade do empreendedor e dos profissionais elaboradores, com apresentação de Plano de Controle Ambiental - PCA elaborado pela engenheira civil Maria Izabel Millani Presotto, registro CREA-PR 162724/D, ART 1720233594519, elaboração e ART 1720234692220 implantação juntamente com o engenheiro ambiental Cristian Eduardo Spicker, registro CREA-PR nº 205593/D referente à elaboração do PCA.
40. No movimento de terra se por ventura vier a ocorrer na área de surgência ou aparecimento de nascente de água, a responsabilidade é do empreendedor e/ou responsável técnico, devendo paralisar a obra e tomar as providências cabíveis.
41. Deverá apresentar na Licença de Operação documentação que comprove a conclusão do isolamento da Lagoa 3 através de cercas.
42. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este prazo de validade automaticamente prorrogado até a manifestação do Instituto Água e Terra.
43. As condicionantes da presente licença ambiental poderão ser contestadas, pelo empreendedor, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.